

Enel Green Power Damascena Eólica S.A.

CNPJ: 19.046.080/0001-44

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Damascena Eólica S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	4
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Damascena Eólica S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2025.

Diretoria executiva

	Cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras
Vago	Diretor de Construção
Thiago De Oliveira Mundim	Diretor de Operação e Manutenção

Relações com investidores

Fábio Romanin

Contadora responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Enel Green Power Damascena Eólica S.A.
Cafarnaum - BA**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Damascena Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Damascena Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2-F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9	5.805
Títulos e valores mobiliários	4	13.584	7
Contas a receber de clientes	5	2.171	2.109
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		528	250
Outros tributos compensáveis		28	28
Almoxarifado		1.065	966
Outros créditos		646	627
Total do ativo circulante		18.031	9.792
<u>Ativo não circulante</u>			
Cauções e depósitos	6	5.874	10.229
Imobilizado	7	133.541	134.730
Intangível	8	1.070	1.430
Total do ativo não circulante		140.485	146.389
Total do ativo		158.516	156.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	9	18.957	14.973
Empréstimos e financiamentos	10	4.441	4.060
Debêntures	11	2.245	327
Obrigações por arrendamentos		57	76
Outras obrigações fiscais		124	57
Encargos setoriais		17	16
Ressarcimento mercado regulado	12	8.889	5.903
Outras obrigações		2.183	1.605
Total do passivo circulante		36.913	27.017
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	10	41.350	45.212
Debêntures	11	7.542	9.300
Obrigações por arrendamentos		2.741	2.479
Ressarcimento mercado regulado	12	2.118	-
Provisão para desmantelamento	13	220	464
Provisões para processos judiciais	14	1	1
Total do passivo não circulante		53.972	57.456
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	15	83.709	83.709
Prejuízos acumulados		(16.078)	(12.001)
Total do patrimônio líquido		67.631	71.708
Total do passivo		158.516	156.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	17	19.283	21.647
Custo	18	(12.984)	(13.073)
Lucro bruto		6.299	8.574
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	18		
Despesas gerais e administrativas		(1.515)	(1.444)
Outras receitas operacionais		36	-
Total despesas operacionais		(1.479)	(1.444)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		4.820	7.130
<u>Resultado financeiro</u>	19		
Receitas financeiras		1.576	1.527
Despesas financeiras		(7.502)	(8.256)
Variações cambiais líquidas		(1.808)	480
Total do resultado financeiro		(7.734)	(6.249)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(2.914)	881
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	20		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.163)	(1.198)
Total dos tributos sobre o lucro (prejuízo)		(1.163)	(1.198)
Prejuízo do exercício		(4.077)	(317)
Prejuízo por ação em R\$ - básico e diluído	16	(0,0487)	(0,0038)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(4.077)	(317)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(4.077)	(317)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>		Total
	Capital subscrito	Prejuízos acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	83.709	(11.684)	72.025
<u>Resultado abrangente total:</u>			
Prejuízo exercício	-	(317)	(317)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	83.709	(12.001)	71.708
<u>Resultado abrangente total:</u>			
Prejuízo exercício	-	(4.077)	(4.077)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	83.709	(16.078)	67.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<u>Atividades operacionais</u>		
Prejuízo do exercício	(4.077)	(317)
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	5.121	5.733
Variações cambiais da dívida	904	999
Juros sobre obrigações de arrendamento	473	439
Juros sobre empréstimos e financiamentos	4.750	5.041
Provisão para desmantelamento	48	35
Baixa de ativo imobilizado	-	453
Custo de transação	542	541
<u>Aumento dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	(62)	(99)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(278)	(180)
Almoxarifado	(99)	(31)
Outros créditos	(19)	(4)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	3.984	1.008
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.219	1.198
Outras obrigações fiscais	67	(105)
Encargos setoriais	1	1
Ressarcimento mercado regulado	5.104	724
Outras obrigações	578	1.063
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	(4.761)	(5.058)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(471)	(402)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.219)	(1.210)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	11.805	9.829
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(3.589)	(6.096)
Adições para ativo intangível	(16)	(11)
Títulos e valores mobiliários	(13.577)	(1)
Cauções e depósitos	4.355	(614)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(12.827)	(6.722)
<u>Atividades de financiamentos</u>		
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(4.435)	(4.076)
Pagamento de debêntures (principal)	(321)	(451)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(17)	(49)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(4.773)	(4.576)
Transações que não afetam caixa	(1)	-
Variação no caixa líquido	(5.796)	(1.469)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.805	7.274
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	9	5.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Damascena Eólica S.A. (“Companhia”) foi constituída em 13 de setembro 2013, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

A Companhia explora o potencial eólico de 30 MW no município de Cafarnaum, Estado da Bahia, que foi objeto do Leilão nº 05/2013-ANEEL, com contrato vigente até 13 de fevereiro de 2049. Através do despacho ANEEL 1.049 de 29 de abril de 2016 as unidades geradoras UG1 e UG15 foram liberadas para início da operação comercial por meio de conexão provisória, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 4 de fevereiro de 2025.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	<p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p>	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <p>Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p>	1º de janeiro de 2026
		1º de janeiro de 2026

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

Nota 5 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa,

Nota 7 – Imobilizado,

Nota 8 – Intangível,

Nota 13 – Provisão para desmantelamento,

Nota 14 – Provisões para processos judiciais,

Nota 22 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	9	848
<u>Aplicações financeiras</u>		
CDB (Aplicações diretas)	-	4.957
Total	9	5.805

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Não houve aplicação em CDBs no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (99% do CDI, em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (vide nota explicativa nº 22).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	31.12.2024	31.12.2023
Fundos de investimentos exclusivos		
Operações compromissadas	8.127	-
Títulos públicos	4.074	7
CDB-DI	790	-
LF - Letra Financeira	593	-
Total	13.584	7

O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 1,66% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de dezembro de 2024.

Estes fundos de investimento são administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em média, a 100,25% do CDI (92,50% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

5. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	31.12.2024
Mecanismo de curto prazo - MCP	1	1
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado	2.170	2.170
Total	2.171	2.171

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	A vencer	Vencidos mais de 360 dias	31.12.2023
Mecanismo de curto prazo - MCP		1	-	1
Suprimento - ACR - Ambiente de contratação regulado		2.088	-	2.088
Contas a receber - partes relacionadas	21	-	20	20
Total		2.089	20	2.109

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

São determinados percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses* – ECL”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default* – PD”), o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default* – LGD”) e os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constitui provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (MCP e Ressarcimento ACR) e, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Não ocorreram movimentações nas provisões ou reversões de PECLD para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



6. Cauções e depósitos

	31.12.2024	31.12.2023
Conta centralizadora	2.164	2.003
Conta de complementação do ICSD	1	2.428
Conta de reserva de O&M	821	777
Conta de pagamento de debêntures	-	98
Conta reserva do serviço da dívida das debêntures	646	639
Conta reserva do serviço da dívida do BNDES	2.242	4.284
Total	5.874	10.229

O saldo é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de empréstimos e financiamentos destacados a seguir:

- **Conta centralizadora:** conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos no contrato de financiamento com o BNDES e na escritura de emissão de debêntures
- **Conta de complementação do ICSD:** conta corrente composta por aportes de valores para complementar o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), para que fique sempre igual ou superior a 1,20;
- **Conta reserva de O&M:** conta corrente composta por aportes equivalentes a 25% do valor anual dos pagamentos dos contratos de O&M;
- **Conta de pagamento das debêntures:** conta corrente para a qual são transferidos mensalmente o valor equivalente a 1/6 da próxima parcela das debêntures, até o seu pagamento;
- **Conta reserva do serviço da dívida do BNDES:** conta corrente para a qual é transferido o valor necessário para perfazer o saldo integral mínimo de (i) 3 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja igual ou superior a 1,20 ou (ii) 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja inferior a 1,20.

Uma vez que as contas estão atreladas ao empréstimo captado, com data de vencimento em 15 de outubro de 2032, a rubrica de cauções e depósitos encontra-se classificada como não circulante no balanço em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Em 2024, o saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES foi alterado para 3x o valor do serviço da dívida (6x em 2023), pois a apuração do Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) ficou acima de 1,20 no ano de 2023 (abaixo de 1,20 em 2022). Dessa forma, o saldo da Conta de Complementação do ICSD foi liberado em 2024.

7. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, terrenos, edificações, obras civis e benfeitorias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2023	Adições	Depreciação	Desmantelamento	Transferências	31.12.2024
<u>Imobilizado em serviço</u>						
Terrenos	1.023	-	-	-	(975)	48
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	26.219	-	-	(292)	(4.197)	21.730
Máquinas e equipamentos	136.322	-	-	-	(1.334)	134.988
Veículos	4	-	-	-	-	4
Linhas de transmissão	5.376	-	-	-	6.953	12.329
	168.944	-	-	(292)	447	169.099
<u>Depreciação acumulada</u>						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(6.581)	-	(804)	-	1.546	(5.839)
Máquinas e equipamentos	(34.105)	-	(4.097)	-	336	(37.866)
Veículos	(2)	-	(13)	-	-	(15)
Linhas de transmissão	(1.392)	-	(151)	-	(2.012)	(3.555)
	(42.080)	-	(5.065)	-	(130)	(47.275)
<u>Imobilizado em curso</u>						
Máquinas e equipamentos	5.662	3.603	-	-	-	9.265
	5.662	3.603	-	-	-	9.265
Total do imobilizado	132.526	3.603	(5.065)	(292)	317	131.089
<u>Ativo de direito de uso</u>						
Terrenos	2.204	258	(10)	-	-	2.452
	2.204	258	(10)	-	-	2.452
Total	134.730	3.861	(5.075)	(292)	317	133.541

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adições	Depreciação	Baixas	Desmantelamento	Transferências	31.12.2023
<u>Imobilizado em serviço</u>							
Terrenos	1.023	-	-	-	-	-	1.023
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	25.501	-	-	-	147	571	26.219
Máquinas e equipamentos	136.250	-	-	-	-	72	136.322
Veículos	4	-	-	-	-	-	4
Linhas de transmissão	5.376	-	-	-	-	-	5.376
	168.154	-	-	-	147	643	168.944
<u>Depreciação acumulada</u>							
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(5.736)	-	(845)	-	-	-	(6.581)
Máquinas e equipamentos	(29.553)	-	(4.552)	-	-	-	(34.105)
Veículos	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Linhas de transmissão	(1.214)	-	(178)	-	-	-	(1.392)
	(36.505)	-	(5.575)	-	-	-	(42.080)
<u>Imobilizado em curso</u>							
Máquinas e equipamentos	664	5.641	-	-	-	(643)	5.662
	664	5.641	-	-	-	(643)	5.662
Total do imobilizado	132.313	5.641	(5.575)	-	147	-	132.526
<u>Ativo de direito de uso</u>							
Terrenos	2.756	-	(99)	(453)	-	-	2.204
	2.756	-	(99)	(453)	-	-	2.204
Total	135.069	5.641	(5.674)	(453)	147	-	134.730

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto anual ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 13).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Qualquer alteração nos custos esperados de desmontagem, remoção e restauração que resulte de alterações nas estimativas da época ou uso dos recursos econômicos necessários para cumprir a obrigação ou de uma mudança na taxa de desconto é reconhecida como aumento ou redução no ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Depreciação

O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício. Em 2024, a Companhia revisou o desmembramento de ativos das tecnologias eólica, solar e hidráulica e harmonizou as taxas de depreciação segregando os ativos nas tipologias elétricos e não elétricos, considerando a experiência da Companhia com ativos semelhantes e com auxílio de uma consultoria técnica, empresa especializada no setor elétrico. Com base no exposto, a Companhia adotou as seguintes premissas para definição das vidas úteis:

Tecnologia eólica e solar (não reguladas):

- Bens elétricos: considerando que os ativos elétricos estão vinculados diretamente a produção de energia elétrica e a prática usual deste tipo de tecnologia, as vidas úteis foram harmonizadas até o fim da autorização em conformidade com os despachos emitidos pela ANEEL

A companhia mantém o reconhecimento de provisão para desmantelamento do parque e segundo práticas do setor elétrico estima alienar os ativos como sucata ao final da autorização.

- Bens não elétricos: depreciação dos ativos definida em práticas do setor elétrico, limitada ao prazo de autorização:
 - i. Equipamento geral: 10-30 anos
 - ii. Softwares: 5 anos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- iii. Sobressalentes: 20-30 anos
- iv. Veículos: 7 anos
- v. Móveis e Utensílios: 16 anos

Dessa forma, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, são as seguintes:

Elétricos

Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	4,05%
Máquinas e equipamentos	4,05%
Linhas de transmissão	4,05%

Não elétricos

Veículos	14,29%
----------	--------

Os efeitos da revisão do valor residual e vida útil de cada ativo foram reconhecidos prospectivamente, a partir de 01 de janeiro de 2024, e impactaram em R\$ 571 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A depreciação do exercício de 2024 no valor de R\$ 5.064, considerando-se as taxas não revisadas, seria de R\$ 5.635.

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2024:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	22,00

8. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	Em serviço		31.12.2024	31.12.2023
	Custo	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso da concessão	1.342	(308)	1.034	1.407
Custo incremental	42	(6)	36	23
Total	1.384	(314)	1.070	1.430

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2023	Adições	Amortização	Transferências	31.12.2024
<u>Intangível em serviço</u>					
Direito de uso da concessão	1.785	-	-	(443)	1.342
Custo incremental	26	16	-	-	42
	1.811	16	-	(443)	1.384
<u>Amortização acumulada</u>					
Direito de uso da concessão	(378)	-	(56)	126	(308)
Custo incremental	(3)	-	(3)	-	(6)
	(381)	-	(59)	126	(314)
Total	1.430	16	(59)	(317)	1.070

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2022	Adições	Amortização	31.12.2023
<u>Intangível em serviço</u>				
Direito de uso da concessão	1.785	-	-	1.785
Custo incremental	13	13	-	26
	1.798	13	-	1.811
<u>Amortização acumulada</u>				
Direito de uso da concessão	(321)	-	(57)	(378)
Custo incremental	(1)	-	(2)	(3)
	(322)	-	(59)	(381)
Total	1.476	13	(59)	1.430

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil dos ativos intangíveis, são as seguintes:

Administração	%
Direito de uso da concessão	3,08%
Custo incremental	8,33%

9. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Compra de energia		1	3
Encargo de uso da rede		306	276
Encargo de uso da rede - partes relacionadas	21	-	2
		307	281
Materiais e serviços		1.503	1.427
Materiais e serviços - partes relacionadas	21	17.147	13.265
		18.650	14.692
Total		18.957	14.973

10. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Circulante			Não circulante		31.12.2024	Circulante			Não circulante		31.12.2023
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	Total circulante + não circulante	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	Total circulante + não circulante
Moeda nacional												
BNDES	4.281	160	4.441	41.350	41.350	45.791	3.887	173	4.060	45.212	45.212	49.272
Total	4.281	160	4.441	41.350	41.350	45.791	3.887	173	4.060	45.212	45.212	49.272

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda Nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.703	48.565	52.268
Encargos provisionados	4.303	-	4.303
Encargos pagos	(4.315)	-	(4.315)
Variação monetária	558	-	558
Transferências	3.353	(3.353)	-
Pagamentos / amortizações	(4.076)	-	(4.076)
Amortização custos de transação	534	-	534
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.060	45.212	49.272
Encargos provisionados	4.004	-	4.004
Encargos pagos	(4.019)	-	(4.019)
Variação monetária	435	-	435
Transferências	3.862	(3.862)	-
Pagamentos / amortizações	(4.435)	-	(4.435)
Amortização custos de transação	534	-	534
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.441	41.350	45.791

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
BNDES	63.042	28/02/18	15/10/32	TJLP + 2,02%	Mensal	Mensal	Financiamento	Conta reserva, fiança bancária, garantia corporativa Enel Brasil S.A, penhor de ações, penhor de máquinas e equipamentos

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	4.667	5.083	5.533	6.019	20.048	41.350

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Garantias:

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente e garantidora;
- Fiança bancária;
- Penhor das ações da interveniente Enel Brasil S.A.;
- Penhor de máquinas e equipamentos; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

Cláusulas restritivas (Covenants)

ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
BNDES	ICSD - Geração de Caixa / Serviço da Dívida	1,20	Anual

- Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) imposto de renda e contribuição social apurados no exercício, líquidos de diferimentos; (-) distribuição de capital a qualquer título previstos para o ano seguinte.
- Serviço da dívida refere-se ao somatório de 12 meses de pagamentos de amortização de principal e juros realizadas no ano de referência das operações de empréstimos, financiamentos e debêntures, exceto ao referente ao subcrédito social do contrato com o BNDES.
- EBITDA do ano de referência refere-se ao (+) lucro líquido; (+/-) resultado financeiro; (+) provisão para imposto de renda e contribuição social; (+) depreciações e amortizações; (+/-) quaisquer outras receitas e/ou despesas sem efeitos financeiros.

No fim de 2021 foram realizados aditivos contratuais retirando a obrigação de manutenção do índice mínimo. Com os aditivos, a medição do ICSD passa a ser fator de ajuste do valor mínimo necessário a ser mantido na Conta Reserva de Complementação do ICSD e do montante mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES, conforme explicitado nas definições das contas na nota explicativa nº 6.

Em 31 de dezembro de 2024 o ICSD foi apurado abaixo de 1,20 (acima de 1,20 em 2023).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11. Debêntures

11.1 Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	Circulante			Não circulante		31.12.2024 Total circulante + não circulante	Circulante			Não circulante		31.12.2023 Total circulante + não circulante
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	
Debênture de infraestrutura	2.216	29	2.245	7.542	7.542	9.787	302	25	327	9.300	9.300	9.627
Total	2.216	29	2.245	7.542	7.542	9.787	302	25	327	9.300	9.300	9.627

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação das debêntures é como segue:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	467	9.168	9.635
Encargos provisionados	738	-	738
Encargos pagos	(743)	-	(743)
Atualização monetária	441	-	441
Transferências	(132)	132	-
Pagamentos / amortizações	(451)	-	(451)
Amortização custo de transação	7	-	7
Saldo em 31 de dezembro de 2023	327	9.300	9.627
Encargos provisionados	746	-	746
Encargos pagos	(742)	-	(742)
Atualização monetária	469	-	469
Transferências	1.758	(1.758)	-
Pagamentos / amortizações	(321)	-	(321)
Amortização custo de transação	8	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.245	7.542	9.787

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



11.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

(a) Debêntures obtidas em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Quantidade de títulos	Finalidade
Debênture de infraestrutura	11.250	28/12/2017	15/6/2029	IPCA + 7,62%	Semestral	Semestral		Debêntures

A curva de amortização das debêntures não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2026	2027	2028	2029	Total não circulante
Debêntures	3.097	1.802	1.409	1.234	7.542

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As debêntures são:

- Simples;
- Não conversíveis em ações;
- Série única;
- Com garantia real e adicional fidejussória.

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente e garantidora;
- Penhor das ações da interveniente Enel Brasil S.A.;
- Penhor de máquinas e equipamentos; e
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

As garantias são compartilhadas entre BNDES e debenturistas. Com a concessão do *completion* físico e financeiro por parte dos debenturistas no exercício de 2021, a fiança bancária anteriormente existente para as debêntures foi dispensada.

Cláusulas restritivas (Covenants)

ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
Debênture de infraestrutura	ICSD - Geração de Caixa / Serviço da Dívida	1,20	Anual

(iv) Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) imposto de renda e contribuição social apurados no exercício, líquidos de diferimentos; (-) distribuição de capital a qualquer título previstos para o ano seguinte.

(v) Serviço da dívida refere-se ao somatório de 12 meses de pagamentos de amortização de principal e juros realizadas no ano de referência das operações de empréstimos, financiamentos e debêntures, exceto ao referente ao subcrédito social do contrato com o BNDES.

(vi) EBITDA do ano de referência refere-se ao (+) lucro líquido; (+/-) resultado financeiro; (+) provisão para imposto de renda e contribuição social; (+) depreciações e amortizações; (+/-) quaisquer outras receitas e/ou despesas sem efeitos financeiros.

No fim de 2021 foram realizados aditivos contratuais retirando a obrigação de manutenção do índice mínimo. Com os aditivos, a medição do ICSD passa a ser fator de ajuste do valor mínimo necessário a ser mantido na Conta Reserva de Complementação do ICSD e do montante mínimo da Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES, conforme explicitado nas definições das contas na nota explicativa nº 6.

Em 31 de dezembro de 2024 o ICSD foi apurado abaixo de 1,20 (acima de 1,20 em 2023).

12. Ressarcimento mercado regulado

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui passivo circulante de R\$ 8.889 (R\$ 5.903, em 2023) e não circulante de R\$ 2.118 (não possui saldo em 2023) referentes ao ressarcimento do mercado regulado. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Venda de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER).

As regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” desses contratos fornecem as informações para cálculo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos.

Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de “Medição Contábil” e “Garantia Física” são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual e quadrienal.

O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado (“flat”). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual).

13. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco de 14,72% (10,41% em 31 de dezembro de 2023), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

Os custos de desmontagem, remoção e/ou restauração são reconhecidos da seguinte forma:

- a estimativa atual dos custos é projetada para o futuro, a fim de estimar o valor que será gasto durante o ano em que a desmontagem, remoção e/ou restauração será realizada;
- esse valor é posteriormente descontado usando uma taxa de juros apropriada. A *taxa de desconto* é determinada incluindo impostos e reflete as avaliações de mercado atuais do valor presente do dinheiro e os riscos específicos associados ao passivo. A taxa de atualização não reflete os riscos para os quais os fluxos financeiros futuros estimados já foram ajustados. Os procedimentos operacionais para determinar essa taxa de desconto são estabelecidos pela Controladora. O valor presente líquido representa o custo, que deve ser reconhecido como um aumento no custo histórico do ativo (ou de um componente específico) e coincide com o valor da alocação inicial para a "Provisão para desmontagem e restauração".

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2024	31.12.2023
Saldo inicial	464	282
Adição	-	147
Baixas	(292)	-
Atualização financeira	48	35
Saldo final	220	464

14. Provisão para processos judiciais

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas à decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

Uso de estimativas:

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

14.1 Contingência com risco provável

As provisões para processos judiciais trabalhistas registradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 1, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais.

14.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	94	88
Fiscais	12.049	7.432
Total	12.143	7.520

Contingências trabalhistas:

Processos de natureza trabalhista, que pleiteiam responsabilidade subsidiária da Companhia, envolvendo pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros, no montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 94 (R\$ 88 em 31 de dezembro de 2023).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Contingências fiscais:

A Companhia discute ISS supostamente devido ao município de Mulungu do Morro pelos serviços prestados na construção do parque e a correta base de cálculo do imposto no valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 9.696 (R\$ 5.608 em 31 de dezembro de 2023). Além destes processos, a Companhia ainda discute temas de Taxas de Fiscalização e Funcionamento, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.353 (R\$ 1.824 em 31 de dezembro de 2023).

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social é de R\$ 83.709 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, totalmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	83.009.003	99,16%	83.009.003	99,16%
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	700.000	0,84%	700.000	0,84%
Total	83.709.003	100,00%	83.709.003	100,00%

15.2 Destinação do resultado

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 4.077 (R\$ 317 em 31 de dezembro de 2023), portanto não há lucro para distribuir.

16. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Nota	2024	2023
Prejuízo do exercício		(4.077)	(317)
Número de ações	15	83.709.003	83.709.003
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		(0,0487)	(0,0038)

17. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

	Nota	2024	2023
Suprimento de energia elétrica	17.1	20.147	22.590
Receita operacional bruta		20.147	22.590
<u>Deduções da receita</u>			
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE		(107)	(114)
COFINS		(622)	(681)
PIS		(135)	(148)
Total deduções da receita		(864)	(943)
Total		19.283	21.647

17.1 Receita de venda e suprimento de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**18. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)**

	2024				
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total
Material		(508)	(196)	-	(704)
Material - partes relacionadas	21	(3.282)	-	-	(3.282)
(-) Capitalização dos custos de material		5.892	-	-	5.892
Serviços		(6.748)	(58)	-	(6.806)
Serviços - partes relacionadas	21	-	(1.098)	-	(1.098)
Energia elétrica comprada para revenda		(5)	-	-	(5)
Encargos do uso de rede elétrica		(2.797)	-	-	(2.797)
Seguros		(485)	-	-	(485)
Depreciação e amortização		(5.091)	(43)	-	(5.134)
Outras receitas (despesas) operacionais		40	(120)	36	(44)
Total		(12.984)	(1.515)	36	(14.463)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



2023

		Despesas gerais e administrativas		Total
	Nota	Custo		
Material		(36)	(198)	(234)
Material - partes relacionadas	21	(2.609)	-	(2.609)
Serviços		(1.714)	(63)	(1.777)
Serviços - partes relacionadas	21	-	(1.129)	(1.129)
Energia elétrica comprada para revenda		(7)	-	(7)
Encargos do uso de rede elétrica		(2.695)	-	(2.695)
Transporte de potência de energia		(8)	-	(8)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas	21	(7)	-	(7)
Aluguéis e arrendamentos		2	-	2
Seguros		(309)	-	(309)
Depreciação e amortização		(5.690)	(43)	(5.733)
Outras despesas operacionais		-	(11)	(11)
Total		(13.073)	(1.444)	(14.517)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



19. Resultado financeiro

	2024	2023
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	1.557	1.527
Atualização de créditos tributários	19	-
	1.576	1.527
<u>Despesas financeiras</u>		
Custo de transação	(542)	(542)
Encargos de dívidas	(4.439)	(5.598)
Variação monetária - debêntures	(469)	(441)
Atualização de impostos e multas	(29)	(5)
Cartas de fiança e seguros em garantia	(458)	(907)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(37)	(23)
Atualização financeira desmantelamento	(48)	(35)
Juros sobre obrigações de arrendamento	(473)	(439)
Encargos financeiros - compartilhamento	(747)	-
Outras despesas financeiras	(260)	(266)
	(7.502)	(8.256)
<u>Variações cambiais líquidas</u>		
Outras variações cambiais	(1.808)	480
	(1.808)	480
Total	(7.734)	(6.249)

20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2024	2023
Receita de suprimento de energia elétrica	20.705	22.713
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	1.656	1.817
Renda de aplicações financeiras	1.557	1.527
Outras receitas	36	-
Variação cambial realizada	-	8
Outras receitas financeiras	19	-
Total base de cálculo do imposto de renda	3.268	3.352
Alíquota do imposto de renda (15%)	(490)	(503)
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês (10%)	(304)	(312)
Total do imposto de renda	(794)	(815)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	2.485	2.726
Renda de aplicações financeiras	1.557	1.527
Outras receitas	36	-
Variação cambial realizada	-	8
Outras receitas financeiras	19	-
Total base de cálculo da contribuição social	4.097	4.261
Alíquota da contribuição social (9%)	(369)	(383)
Total	(1.163)	(1.198)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



21. Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum.

21.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
Compartilhamento de despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(2.039)	(2.678)	(1.098)	(1.129)
Comissão de fiança	Dezembro de 2017 a outubro de 2032	(9)	-	(96)	(102)
Total		(2.048)	(2.678)	(1.194)	(1.231)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

Em 2024 a Companhia realizou pagamentos no valor de R\$ 1.336 para partes relacionadas, no que se refere a compartilhamento de despesas comuns.

21.2 Empresas de controle comum

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Passivo	Passivo	Despesas	Despesas
<u>Transporte de energia</u>					
Enel Cien S.A.	Até março de 2023	-	(2)	-	(7)
		-	(2)	-	(7)
<u>Compra de estoque</u>					
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	Até dezembro 2025	(2.609)	(2.609)	-	(2.609)
Enel Green Power Dois Riachos Eólica S.A.	Até dezembro 2025	(3.282)	-	(3.282)	-
		(5.891)	(2.609)	(3.282)	(2.609)
<u>Suporte operacional</u>					
Enel Green Power S.p.A.	Janeiro de 2018 até o término dos serviços	(11.214)	(9.407)	-	-
		(11.214)	(9.407)	-	-
<u>Compartilhamento de despesas comuns</u>					
Enel Green Power Maniçoba S.A.	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	-	(38)	-	-
Enel Power do Brasil Ltda.	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(30)	(30)	-	-
		(30)	(68)	-	-
Total		(17.135)	(12.086)	(3.282)	(2.616)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2024 e 2023.

22. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

22.1 Instrumentos financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



22.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

			31.12.2024		31.12.2023	
	Categoria	Nível (a)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	9	9	5.805	5.805
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	13.584	13.584	7	7
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	2.171	2.171	2.109	2.109
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	5.874	5.874	10.229	10.229
Total do ativo			21.638	21.638	18.150	18.150
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	18.957	18.957	14.973	14.973
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	45.791	39.639	49.272	49.976
Debêntures	Custo amortizado	2	9.787	9.787	9.627	9.485
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	2.798	2.798	2.555	2.555
Ressarcimento mercado regulado	Custo amortizado	2	11.007	11.007	5.903	5.903
Total do passivo			88.340	82.188	82.330	82.892

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 22.2 Hierarquia do valor justo

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

22.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

22.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, *compliance* e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	9	5.805
Títulos e valores mobiliários	4	13.584	7
Contas a receber de clientes	5	2.171	2.109
Total		15.764	7.921

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	45.791	49.272
Debêntures	9.787	9.627
Dívida	55.578	58.899
Caixa e equivalentes de caixa	(9)	(5.805)
Títulos e valores mobiliários	(13.584)	(7)
Dívida líquida (a)	41.985	53.087
Patrimônio líquido (b)	67.631	71.708
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	38,30%	42,54%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024.

Do total das obrigações no passivo circulante, parte significativa refere-se a obrigações de compartilhamento de infraestrutura e suporte operacional com a controladora Enel Brasil e outras empresas do grupo, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados caso seja necessário.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da Enel S.p.A. que, por meio da Enel Finance International (EFI), poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros da Companhia, que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	total
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	664	1.329	5.985	31.904	22.575	62.457
Debêntures	-	-	3.075	8.887	-	11.962
Total	664	1.329	9.060	40.791	22.575	74.419

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Risco de taxa de juros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2024 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Dívidas	31.12.2024	Projeção receitas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA						
Debênture de infraestrutura	9.824	975	1.098	1.220	1.341	1.460
TJLP						
BNDDES	49.972	2.917	3.852	4.773	5.678	6.568
Total	59.796	3.892	4.950	5.993	7.019	8.028

22.4 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

23. Seguros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/24	31/10/25	222.479	6.284.546
Responsabilidade civil geral	31/10/24	31/10/25	N/A	100.860
Responsabilidade civil administradores	11/10/24	11/10/25	N/A	86.382
Riscos ambientais	31/10/24	31/10/25	N/A	125.691

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

24. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

24.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	31.12.2024	31.12.2023
Apresentados nas atividades operacionais	(4.761)	(5.058)
Total	(4.761)	(5.058)

24.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Efeito caixa	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	10	(4.435)	(4.076)
Pagamento de debêntures (principal)	11	(321)	(451)
Pagamento de arrendamento (principal)		(17)	(49)
Total		(4.773)	(4.576)

25. Eventos subsequentes

Efeitos do *Curtilment*

Em 22 de janeiro de 2025, foi revogada a liminar que garantia os geradores eólicos e solares, o direito de receber os ressarcimentos relacionados aos efeitos do *Curtilment*, medida que gerou impactos nos resultados das operações de geração de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Apesar da revogação, a Companhia permanece empenhada em assegurar seus direitos. Além das ações legais em andamento para reverter a decisão, a administração está conduzindo esforços regulatórios, institucionais e técnicos com o objetivo de mitigar os impactos e buscar alternativas que reduzam os efeitos do *Curtailment*.

A administração segue acompanhando os desdobramentos e manterá os acionistas e demais partes interessadas informados sobre o andamento do processo. A revogação da referida liminar não afeta quaisquer montantes registrados nas presentes demonstrações financeiras.